

HABEAS CORPUS Nº 488.161 - PI (2019/0002065-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : TIAGO MACHADO DE PAULA
ADVOGADO : TIAGO MACHADO DE PAULA - MG103379
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : ANDRE RAFAEL BORGES COLMAN GALEGO (PRESO)

DECISÃO

ANDRE RAFAEL BORGES COLMAN GALEGO alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** no HC n. 0709064-88.2018.8.18.0000.

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, visto que não há nos autos cópia integral do ato apontado como coator.**

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga os documentos faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**